

# No princípio era a comunicação

## INTRODUÇÃO

O convite que o Prof. Doutor Rui Nunes me dirigiu para presidir à sessão de encerramento – com uma intervenção – do *III Seminário sobre a Reabilitação da Criança Surda* desencadeou em mim de imediato uma evocação de uma oportunidade notória: a evocação de Scott Liddell.

Scott Liddell era professor e investigador no *Speech and Hearing Department* da Universidade de Indiana, Bloomington, quando estive nessa Universidade, no Semestre de Outono de 1981, mercê de uma *Research Associate Position* que me foi atribuída pelo *Research Center for Language and Semiotic Studies* da Universidade de Indiana.

A referência a Scott Liddell só faz sentido neste contexto porque se trata de um investigador altamente empenhado no estudo da estrutura da *American Sign Language* (ASL) e conseqüentemente em contribuir para que essa língua goze de um estatuto similar – dentro da sua especificidade – ao das línguas faladas.

Nas conversas que tinha então comigo, Scott Liddell procurava demonstrar como se podiam desmontar os “signs” da A.S.L., língua que ele não só dominava como um “native signer” mas da qual também era capaz de *desmembrar e articular*<sup>1</sup> as suas unidades (“signs”), convicto de que nela existia um estrutura paralela à das línguas naturais.

No fundo, Scott Liddell pretendia dar razão ao que tinha sido sugerido por Stokoe<sup>2</sup> relativamente ao facto de os “signs” não serem inanalísáveis. Scott Liddell deixa, de resto, bem claro, num seu artigo de 1984, que “the first evidence that signs of ASL could be viewed as more than holistic gestures, lacking internal structure, was presented by Stokoe 1960” (Liddell 1984: 373). E o autor conclui esse mesmo trabalho com as seguintes palavras: “Finally, the representations proposed here, in order to account for various sign

---

<sup>1</sup> Veja-se, no que concerne à terminologia utilizada (*desmembrar e articular*), a seguinte passagem do *Cours de linguistique générale* de F. de Saussure: «On pourrait appeler la langue le domaine des articulations, en prenant ce mot dans le sens défini p. 26: chaque terme linguistique est un petit membre, un *articulus* où une idée se fixe dans un son et où un son devient le signe d’une idée» (De Saussure 1975: 156).

<sup>2</sup> Stokoe era medievalista e linguista de formação, como refere O. Sacks (1991: 77).

phenomena, demonstrate a clear parallel between the abstract organization of signs and that of spoken words” (Liddell 1984: 398).

Na verdade, já em 1981, em Bloomington, Scott Liddell me mostrava como os “signs” se *desmembravam* e como era possível – pelo menos era assim que eu o entendia – reencontrar os *membros* resultantes desse *desmembramento* noutros “signs” do sistema visuogestual em questão, porventura com *tonalidades* diversas, à semelhança do que se passa, em função dos contextos, no sistema linguístico.

É, efectivamente, a partir de Stokoe (1960) que a ASL deve a leitura analítica dos “signs” (Liddell 1984: 372). De facto, como afirma Scott Liddell: “For most of its history, American Sign Language (ASL) was not regarded as a language, and was thought to be lacking in linguistic structure at virtually every level” (Liddell 1984: 372). A obra de Stokoe deve por isso ser tida como uma referência (epistemológica) no tocante à forma de abordar a ASL<sup>3</sup>.

Por certo, não suscitará grande espanto naqueles que estão mais familiarizados com estes assuntos que, no artigo atrás referido, sob o nome de Scott K. Liddell figure Gallaudet College<sup>4</sup>.

É meu entendimento que se Scott Liddell encontrou nessa instituição o local ideal e adequado para trocar impressões relativamente aos seus conhecimentos e dar continuidade à sua pesquisa, é justo dizer-se que o Gallaudet College muito deve ter beneficiado com o saber e a curiosidade científica de Scott Liddell.

A discussão em torno do tema simultaneidade e sequencialidade na produção dos “signs” – já visível no artigo de Scott Liddell de 1984 e implícita nas suas conversas de 1981 – revela uma das preocupações presentes nos investigadores do Gallaudet College. O. Sacks, no seu fascinante livro *Seeing voices*, refere a dado momento, quando alude a dimensão tempo do “sign”, o trabalho levado a cabo precisamente pela equipa do Gallaudet College. A este propósito, afirma: “Liddell and Johnson see signing not as a succession of

---

<sup>3</sup> Até à altura em que foi dada uma atenção científica e linguística ao “sign”, graças a William Stokoe, a “sign language” não era considerada uma língua, era antes vista, conforme lembra Oliver Sacks, como “a sort of pantomime or gestural code, or perhaps a sort of broken English on the hands” (Sacks 1991: 77-78).

<sup>4</sup> O Gallaudet College (hoje Universidade de Gallaudet), segundo O. Sacks, “is still the only liberal arts college for deaf students in the world” (Sacks 1991: 24). O primeiro director foi Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, que criou em 1817, em Hartford, o *American Asylum* para surdos, conjuntamente com o francês Laurent Clerc e o cirurgião Mason Cogswell, pai de Alice Cogswell, a criança que fez despertar em Thomas Gallaudet o desejo de criar condições para poder ensinar surdos (cf. Sacks 1991: 22 (cf. nota 31), 24).

instantaneous “frozen” configurations in space, but as continually and richly modulated in time, with a dynamism of “movements” and “holds” analogous to that of music or speech” (Sacks 1991: 89).

Ora, Scott Liddell vê mesmo nos “movements” (movimentos<sup>5</sup>) e nos “holds” (suspensões<sup>6</sup>) da “sign language” unidades que encontram correspondência nas vogais e nas consoantes da língua falada: “In spoken language, the units are consonants and vowels; in sign language, they are holds and movements” (Liddell 1984: 372).

A meu ver, Stokoe só pode seguramente rever-se nestes avanços relacionados com o estudo da “sign language”; ele que, com tanto empenhamento, nos mostra que a “sign language” é caracterizada por uma especificidade própria em termos de dimensões, *i.e.*, apresenta quatro dimensões: “the three spatial dimensions accessible to a signer’s body, as well as the dimension of time” (Sacks 1991: 90)<sup>7</sup>.

A leitura estática do “sign” cede assim espaço a uma leitura dinâmica, tão vivamente defendida por Liddell<sup>8</sup>.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA TERMINOLOGIA

Até ao momento, foram por mim propositadamente não traduzidos para o português “sign”, “sign language” e “native signer”. É chegada a ocasião de dedicar algum espaço aos termos e expressões que não se me afiguram de tradução fácil em virtude de ainda não possuírem em português, pelo menos é esse o meu sentir, a versão que mais se aproxima da inglesa. É este com efeito o meu pensar porque acho que o termo *gesto* e seus derivados não respeitam o rigor linguístico inerente a “sign” e transportam consigo inevitavelmente uma ambiguidade de interpretação que decorre do facto de o discurso oral também poder ser acompanhado por gestos. A língua dos surdos merecia por isso uma designação inequívoca do ponto de vista da sua leitura linguística.

Não foi portanto casual ou resultado de discipulância ter mantido até agora em inglês “sign”, “sign language” e “native signer”. Diria porventura que a justificação para tal reside na necessidade de se observar com maior distân-

<sup>5</sup> Tradução da autoria de Amaral *et al.* (1994: 61).

<sup>6</sup> Ver nota anterior relativamente à autoria da tradução.

<sup>7</sup> Para o efeito, O. Sacks socorre-se de Stokoe (1979).

<sup>8</sup> Lembro a este respeito Liddell (1984), Liddell & Johnson (1986; 1989).

cia a terminologia em foco e de se estabelecer, neste domínio, um confronto entre os termos usados *para o mesmo fim* em inglês e em português.

Neste âmbito, se nos circunscrevermos à língua inglesa, terei de chamar a atenção para o facto de “sign” não ser sobreponível ao termo “gesture”. De facto, “sign” tanto transporta em si uma carga estrutural que não se verifica em “gesture” – termo que S. Liddell não se coíbe de fazer preceder de “holistic” (Liddell 1984: 373) – como comporta em si, por consequência, um estatuto linguístico que não poderá ser atribuído ao segundo termo, cujo estatuto será de preferência paralinguístico.

O termo “gesture” remeter-nos-á para os movimentos corporais usados pelos falantes a acompanhar o seu discurso oral, podendo ser objecto de uma abordagem semiótica.

No que concerne aos surdos, o termo “gesture” estará mais próximo da expressão “home signs”. Ora, os “home signs” não gozam, pela sua natureza não compatível com a de “complex abstract symbols with a complex inner structure” (Sacks (1991: 78), reportando-se a W. Stokoe), do estatuto dos “signs” de uma “sign language”.

Conviria então mostrar o que se entende por *língua* para que se possa fundamentar a diferença entre “home signs e “signs” quando está em causa a “sign language”.

Não é naturalmente imediata a tradução do inglês “language” para o português *língua*. Há mesmo quem traduza “sign language” por sistema visuomanual e (verbal) visuogestual (cf. Scliar-Cabral 1991: 7, 133).

A este respeito, lembraria Louis Hjelmslev quando afirma: “La masse totale de la signification, si l’on peut dire, la somme de tout ce qui peut être exprimé au moyen de signes, est spécifiquement et arbitrairement découpée par le système de signes de chaque langue de manière à définir la forme du contenu ou forme sémantique de cette langue” (Hjelmslev 1971: 99). Quer isto dizer que há línguas que apresentam, por exemplo, dois signos diferentes que dão forma a uma determinada gama de substância de conteúdo, estabelecendo nela limites definidos, enquanto outras o não fazem (Hjelmslev 1971: 99).

Se nos reportarmos ao assunto em foco, poderá dizer-se que a corporização da substância do conteúdo é dada distintamente em inglês e em português no tocante respectivamente a «language» e a *língua/linguagem*.

Resulta assim problemática a tradução para o português de “sign language”: por um lado, “sign” na sua função adjectiva é traduzido por *gestual* – remetendo o termo “sign” para “toute autre espèce de signe ou de symbole comprenant le geste et l’expression du visage, liés si intimement avec le langage parlé”

(Hjelsmlev 1971: 99) – e, por outro lado, “language” tanto pode conhecer a tradução *língua* como *linguagem*. Dito diferentemente, “sign language” poderá traduzir-se quer por *linguagem gestual* quer por *língua gestual*.

Efectivamente, a designação *linguagem gestual* tem conhecido entre nós – é essa a minha leitura – um uso mais generalizado do que a designação *língua gestual*. Convirá, no entanto, ressaltar que a designação que se encontra actualmente consignada na *Constituição da República Portuguesa*, Artigo 74º (Ensino), ponto 2, alínea h) é *língua gestual*. Na referida alínea pode ler-se: “Proteger e valorizar a *língua gestual portuguesa*, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades” (sublinhado meu)<sup>9</sup>.

Como justificar a opção pelo termo *língua* em detrimento do termo *linguagem*?

Na verdade, à semelhança das línguas faladas, a língua dos surdos também deverá ser considerada uma língua real “in the sense of having native speakers [/signers] who have lived together long enough to form human communities of various sizes” (Peng 1985: 13). Nas palavras transcritas de F. Peng introduzi “signers” para daí poder resultar evidente que, se nas línguas faladas há falantes nativos, nas línguas gestuais não se justifica que não haja a expressão correspondente e que em inglês, como já deixei claro em várias ocasiões, é “native signers”. O nosso léxico deveria comportar um lexema que traduzisse com fidelidade “signer”, *i.e.*, um lexema que não derivasse de *gesto* (cf. *gestuante*<sup>10</sup>) em virtude das diferenças que “gesture” e “sign” comportam a nível de significado – diferenças que eu lamento que não se encontrem também consignadas no léxico do português<sup>11</sup> – para que pudessemos designar com mais precisão os surdos que tiveram como primeira língua a língua gestual sem ser necessário recorrer nem a paráfrases nem a imagens que possam ter de se concretizar por meio de termos que já estão consagrados para os ouvintes.

<sup>9</sup> De resto, o título da obra de Amaral *et al.* (1994) atrás mencionada consagra já a designação *língua gestual*. Trata-se, com efeito, de um estudo sobre a gramática da língua gestual portuguesa.

<sup>10</sup> Tanto quanto me foi dado conhecer, trata-se de um termo que pode ser ouvido quando se pretende referir o *falante* da língua gestual. Atendendo ao facto de Amaral *et al.* (1994: 15) traduzirem “to sign” por *gestuar*, não surpreende que se possa ouvir *gestuante* como possível tradução de “signer”. *Gestualizador*, por seu lado, ocorre no *Gestuário da língua gestual portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros SNR, n.º 5, para designar o monitor de língua gestual.

<sup>11</sup> Queria sublinhar que o que acaba de ser exposto traduz a minha posição pessoal sobre a terminologia em questão.

Não será todavia somente o que se transcreveu de Peng (1985) que justifica que se designe por língua o sistema visuomanual/gestual dos surdos. Também lhe confere o estatuto de língua o facto de se poder encontrar nesse sistema visuomanual/gestual uma organização interna própria. A tal organização que W. Stokoe e S. Liddell procuraram demonstrar com o objectivo de justificar a existência de um paralelo entre as línguas faladas e a “sign language”.

Terá igualmente interesse questionar em que momento um conjunto de gestos/”signs” pode ser elevado a sistema/língua. Esta pergunta vai de novo ao encontro da distinção entre os “home signs” – apesar de tudo com um estatuto para lá dos “gestures” – e os “signs” já estabelecidos por uma comunidade e analisáveis em unidades menores como acontece nas palavras faladas (Liddell 1984: 398).

Resta-me lamentar que o léxico português não possibilite a distinção que é acabada de mencionar para o inglês e que se torna fundamental em termos de especificidade linguística<sup>12</sup>.

Não se confunda contudo “home signs” com dialectos gestuais. Os dialectos gestuais apresentam já as características de uma língua e ultrapassam, por conseguinte, as restrições linguísticas atribuídas aos “home signs”. Em termos de expressão de raciocínio e de comunicação de conteúdos mais abstractos, os surdos que são meramente “home signers” encontrar-se-ão sempre mais limitados. Ou seja: os “home signs” não são ainda língua, visto que a comunicação que permitem não é do tipo e da complexidade próprios de uma língua natural<sup>13</sup>.

Usando a imagem de Judy Kegl<sup>14</sup>, avançaria que os “home signs” correspondem em termos culinários aos ingredientes necessários à confecção de uma sopa não sendo contudo ainda sopa. É que a sopa exige que os ingredientes que a compõem adquiram entre si uma consistência própria. Ora o mesmo se

---

<sup>12</sup> Oliver Sacks mostra bem a diferença entre “gesture” e “sign” no momento em que dá como exemplo o caso de um adolescente desejoso de poder comunicar mas impedido de o fazer por não dispor nem da possibilidade de falar, nem da possibilidade de escrever, nem da possibilidade de usar “signs”, uma vez que só dispunha de “gesture and pantomime” (Sacks 1991: 38). A comunicação simbólica, de acordo com o autor, não fazia parte da vida deste adolescente visto que “he had never been exposed to Sign” (Sacks 1991: 39). A comunicação com os outros inicia-se então no momento em que este adolescente começa a ter acesso ao mundo dos “signs” (Sacks 1991: 39).

<sup>13</sup> Cf. o resumo da conferência apresentada por Judy Kegl, da Universidade de Southern Maine, intitulada *Is it soup yet? (Or, when is it language?)*, apresentada no *Child Language Seminar 1999*, City University London, 2-4 de Setembro de 1999.

<sup>14</sup> Ver nota anterior.

poderá dizer relativamente aos “home signs” e à sua possibilidade de se organizarem entre si de forma a poderem aceder ao estatuto de língua.

Chegou o momento de dedicar algum espaço ao termo *linguagem*. No meu entender, o termo *linguagem* apresenta uma dimensão diferente e serve para designar o processo vivo que se encontra em jogo nas mais variadas manifestações verbais do sujeito falante ou nas mais variadas manifestações verbais/gestuais do “signer” com todas as possíveis implicações psicolinguísticas, sociolinguísticas e neurolinguísticas. Sobressai pois do termo *linguagem* uma dinâmica mais condizente com uma perspectiva psicolinguística, que toma preferencialmente como objecto o processamento da linguagem.

Ora, se em causa estiver a linguagem gestual, poderá naturalmente adaptar-se o vocabulário, tendo em conta que o processamento em questão já não assenta num sistema audiovocal mas sim num sistema visuogestual operado por um sujeito que adequa os seus sentidos em conformidade <sup>15</sup>.

Por outro lado, é também através deste processo vivo inerente à linguagem que nos é possível atingir o modo como a língua se encontra organizada. Os desempenhos verbais patológicos e os lapsos de língua mostram-nos aquilo que um processamento normal não deixa transparecer por força da sua normalidade. Não se pense porém que os desempenhos gestuais não se podem apresentar afectados. Como nos lembra O. Sacks, existem também “sign aphasias” (Sacks 1991: 81) e “slips of the hand” (Sacks 1991: 78).

Conforme avança O. Sacks, os “slips of the hand” nunca são “arbitrary errors, never movements or handshapes that do not occur in language, but only errors of combination (...) in a limited set of place or movement or handshape parameters” (Sacks 1991: 78, nota 81). E o autor acaba mesmo por dizer: “They are entirely analogous to the phonemic errors that are involved in slips of the tongue” (Sacks 1991: 78, nota 81).

Uma análise da língua dos surdos levada a cabo numa perspectiva científica próxima da praticada com as línguas faladas acabará assim por tornar cada vez mais notória a similaridade entre os dois tipos de línguas.

Na sequência do que foi exposto, faz sentido dizer que se revestem de extrema importância todos os contributos provenientes do estudo da relação entre o cérebro e a linguagem gestual, assim como os resultados que já se obtiveram ou

---

<sup>15</sup> A saber: “vision, touch, vibration-sense, and kinesthesia”, segundo Sacks (1991: 25, nota 35).

que venham a ser obtidos por meio de estudos/abordagens psicolinguísticos, neurolinguísticos e neuropsicológicos que tomem os surdos como sujeitos<sup>16</sup>.

As novas técnicas neuroimagiológicas que permitem observar o cérebro *in vivo*, visualizando, por exemplo, as zonas do córtex cerebral que estão a ser activadas quando está em causa a execução de determinada tarefa ou a resolução de um problema qualquer trazem também sem a menor dúvida contributos inestimáveis ao estudo do processamento da informação no sujeito surdo e conseqüentemente ao seu melhor conhecimento. Penso que ainda teremos muito a aprender com os estudiosos que trabalham o sujeito surdo nas áreas da psicolinguística e da neuropsicologia e que as novas técnicas neuroimagiológicas não cessarão de nos admirar<sup>17</sup>.

### **AS VANTAGENS DE UM BILINGUISMO QUE ASSENTE NO USO ALTERNATIVO DE DUAS LÍNGUAS DISTINTAS**

A aquisição da linguagem e o domínio capaz de uma ou várias línguas (caso dos bilingues ou multilingues) revestem-se de tal naturalidade no ser humano que só nos surpreendemos ou procuramos ajuda quando surgem casos atípicos.

Subjacente à maior ou menor proficiência linguística que se espera de quem fala uma ou várias línguas encontra-se a necessidade de dar forma ao pensamento e de comunicar. Ora, independentemente das vias que possam ser usadas, por força muitas vezes de condicionamentos fisiológicos, a comunicação deverá ficar sempre assegurada. Nos ouvintes, a linguagem oral serve de primeiro veículo para comunicar. Nos surdos, uma vez que o sistema audiovo- cal se encontra afectado, o recurso à linguagem gestual não deve ser adiado<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Tem sido referido neste contexto o surdo que conhecerá como primeira língua a língua gestual, no entanto não estão esquecidos outros tipos de surdez. Na realidade, aqueles que ensurdeceram depois de terem adquirido a linguagem oral não apresentam o mesmo quadro dos que nunca puderam aprender naturalmente a linguagem oral. Além disso, a nível de deficiência auditiva, podem considerar-se ainda diferentes graus que motivam reabilitações distintas.

<sup>17</sup> Neste âmbito não podem ser deixados por mencionar, entre outros, os nomes de Ursula Bellugi e Helen Neville (cf. Neville 1988; 1989; Neville & Bellugi 1978). Não queria todavia deixar de realçar o interesse de trabalhos que vão na linha do de Mary Flaherthy, do Departamento de Psicologia do University College Dublin, apresentado no *Child Language Seminar 1999*, City University London, 2-4 de Setembro de 1999, intitulado "Memory span for numerals and digit words in Japanese hearing and deaf subjects".

<sup>18</sup> Deve atender-se ao facto de não serem abordadas neste espaço nem toda a diversidade de graus de surdez nem toda a gama de possíveis meios para suprir a deficiência auditiva. A abordagem

Privilegia-se assim a comunicação e não o tipo da primeira língua que venha a ser adquirida e usada com o fim de comunicar.

Em virtude da dificuldade que um bebê surdo pode manifestar em conseguir comunicar oralmente, é importante que a família desse bebê, cuja surdez deve ter sido detectada o mais cedo possível, aceite que a sua forma mais natural de comunicar passa por um sistema não audiovocal mas sim visuogestual. Torna-se importante distinguir neste momento o bebê surdo filho de surdos do bebê surdo filho de ouvintes. O segundo encontra-se por natureza num meio ouvinte e caberá aos pais tomar consciência com prontidão de que a língua natural do seu filho não coincide com a deles. Acontece que essa decisão deve ser tomada no bom momento para que, tomando como base a teoria de Piaget (ver, entre outros, Piaget & Inhelder 1966), se processe dentro da normalidade esperada, também através da linguagem, a manifestação da função semiótica ou simbólica. O bebê surdo filho de surdos vai conhecer a língua do meio que lhe é natural com maior espontaneidade e terá unicamente de se preparar quando os pais assim o entenderem – mas também sem grandes delongas – para a aquisição de uma segunda língua, em princípio a língua falada pela sociedade em que se encontra inserido<sup>19</sup>.

A criança surda (profunda) não deve, por consequência, contentar-se com o seu estatuto de monolíngue. Ou melhor: à semelhança do que se verifica com uma criança que vive numa sociedade bilingue ou multilingue, aprendendo naturalmente duas ou mais línguas, a criança surda também deve ser preparada para viver numa sociedade que, para além da sua comunidade linguística, abarca ainda pelo menos outra comunidade linguística, ou aquela que fala a língua oficial do seu país ou aquela que se encontra mais próxima do seu espaço geográfico.

Será pois desejável e aconselhável que a criança surda – tão cedo quanto possível – seja desmutizada e comece a aprender a língua dos ouvintes que a circundam, tornando-se dessa forma bilingue.

---

por que se optou neste texto visa em especial o surdo profundo, para quem a língua gestual é, por todas as razões, a primeira língua. Referi sempre primeira língua e não língua materna por não considerar que haja coincidência entre as duas. A língua gestual será, para além de primeira, também materna quando os pais da criança surda que a está a adquirir também são surdos profundos e usam a língua gestual como primeira língua e como língua privilegiada de comunicação com o filho surdo.

<sup>19</sup> Revela-se de interesse referir ainda o caso dos pais surdos que têm crianças ouvintes. Essas crianças crescem também em ambientes bilingues: a língua gestual ser-lhes-á transmitida pelos pais e a língua falada pelo meio linguístico envolvente.

É natural que se ache que um surdo (e muito em especial o profundo) nunca vai conseguir a perícia articulatória de um ouvinte. Ora, o ouvinte que queira aprender a língua gestual também nunca atingirá a proficiência gestual e a capacidade de expressão de um surdo que teve desde bebê como primeira língua a língua gestual ou que teve – *tout court* – como primeira língua a língua gestual<sup>20</sup>.

O facto de se poder ser melhor na primeira língua adquirida, mesmo que se trate de uma língua minoritária, não confere a ninguém o direito de rejeitar o grau de proficiência do seu bilinguismo no caso de a ele ter acedido. Não é de forma alguma compulsivo dominar com a mesma perícia mais do que uma língua<sup>21</sup>.

No caso do surdo, é importante que a aprendizagem de uma língua falada comece a processar-se tão cedo quanto possível uma vez que o aparelho fonador é extremamente sensível à inactividade. Todos conhecem bem a diferença entre a capacidade de expressão oral de um surdo que ensurdeceu depois de ter adquirido a linguagem e de um surdo que para adquirir a linguagem oral não pôde tirar o mesmo partido do seu sistema audiovocal<sup>22</sup>. Gera-se assim a

---

<sup>20</sup> Só uma leitura forte do bilinguismo (monolingue), segundo a qual o bilingue apresentaria duas competências linguísticas isoladas e separadas, *i.e.*, corresponderia a dois monolingues numa única pessoa, é que se coaduna com essa visão exigente e crítica dos desempenhos dos bilingues (cf. Grosjean 1992: 52). Com efeito, a abrangência de uma leitura do bilinguismo mais global (bilingue) já não se coaduna com as resistências que possam surgir com vista a impedir a sua instalação e consolidação. Por outras palavras, ninguém se deveria confinar unicamente ao domínio da sua primeira língua, seja ela falada ou gestual, quando se encontra numa sociedade bilingue (ver Grosjean 1992: 54 ss.). Parece-me interessante realçar neste momento a importância do período crítico de aquisição da linguagem, mesmo da linguagem gestual, o grau de fluência da criança surda que só adquire a linguagem gestual depois dos cinco anos e, por fim, a capacidade que a criança surda tem de filtrar modelos de linguagem gestual deficitários (cf. Sacks 1991: 91 e 93, nota 100).

<sup>21</sup> François Grosjean diz o seguinte sobre este assunto: “In everyday life, bilinguals find themselves at various points along a situational continuum which induces a particular speech mode. At one end of the continuum, bilinguals are in a totally monolingual speech mode (...). At the other end of the continuum, bilinguals find themselves in a bilingual speech mode in that they are speaking to bilinguals who share languages A and B and with whom they normally mix languages (code-switch and borrow). (...) but we should keep in mind that they are end points and that intermediary modes do exist between the two” (Grosjean 1992: 58).

<sup>22</sup> Retomando a temática em torno da terminologia, realçaria as designações inglesas “prelingually deaf” e “postlingually deaf” (Sacks 1991: 25, nota 35) para referir as duas situações apresentadas, que conhecem, em português, as expressões *surdo pré-linguístico/lingual* e *surdo pós-linguístico/lingual*.

necessidade de exercitar os músculos do aparelho fonador para a execução, desta vez, de gestos articulatórios. Como diz O. Sacks a este respeito: “Since deaf people cannot monitor their speech by ear, they have to learn to monitor it by other senses – by vision, touch, vibration-sense, and kinesthesia” (Sacks 1991: 25, nota 35). Aos terapeutas da fala e aos educadores cabe a tarefa de obter os melhores resultados com base nos sentidos disponíveis.

Manifesta-se relevante salientar, seguindo a linha de pensamento de Sacks (1991: 30, 31), que os surdos profundos, especialmente predispostos a adquirir uma língua visual, devem aprender primeiramente a língua gestual, visto que se tornam fluentes nessa língua a partir de muito cedo, e seguidamente podem passar com mais facilidade à aquisição de uma língua falada. Transcrevendo o citado autor: “There is no evidence that signing inhibits the acquisition of speech. Indeed the reverse is probably so” (Sacks 1991: 31).

Se, no caso dos surdos (profundos), é a língua visual e não a auditiva que permite a comunicação pretendida, então a aquisição da língua gestual deve ser a primeira opção porque assegura sem dúvida com mais rigor a tradução do pensamento.

O bilinguismo no surdo (profundo) terá assim de surgir na sequência de uma primeira exposição à língua dos gestos. Mas os educadores não devem perder de vista os momentos propícios ao início da exercitação do aparelho fonador.

Definir o bilinguismo não é de forma alguma simples. R. J. Harris e E. M. McGhee Nelson alertam para o seguinte: “Simply defining bilingualism operationally turns out to be far from simple. Language use may be grossly divided into the four basic skills of reading, writing, speaking, and listening, and any given person’s ability may differ vastly in these four skills” (cf. Harris & McGhee Nelson 1992: 5).

Relativamente aos surdos é normal que se pense que as habilidades menos afectadas quando adquirem uma língua falada são a leitura e a escrita e as mais críticas a fala e a compreensão, que terá de passar essencialmente pela percepção visual e não em exclusivo pela percepção auditiva como acontece nos ouvintes<sup>23</sup>. Contudo não se deverá depreender do referido que só sejam consideradas, no tocante à aquisição/aprendizagem da língua falada, a leitura e a escrita e que o bilinguismo no surdo se restringe a essas duas habilidades.

---

<sup>23</sup> Esta particularidade faz por isso apelo, por um lado, a uma boa leitura labial e facial por parte dos surdos enquanto receptores e, por outro lado, a uma boa articulação por parte dos ouvintes enquanto emissores.

De facto, as quatro habilidades salientadas devem ser tidas em conta muito embora só parte delas possa atingir níveis de proficiência mais promissores, indo ao encontro da aceção do bilinguismo em termos de *continuum* realçada por François Grosjean<sup>24</sup>. A parte oral da linguagem não pode ser por isso menosprezada ou descuidada a pretexto de que a leitura e a escrita se processam já sem problema. É que os surdos não lidam unicamente com material escrito também encontram pessoas ouvintes às quais seria importante que não virassem a cara e com as quais seria conveniente que pudessem trocar ideias. Na visão do bilinguismo enquanto *continuum*, cada surdo – como qualquer outro bilingue ouvinte – encontrará seguramente a posição que melhor se lhe adequa se se considerarem as diferentes possibilidades existentes entre os pontos extremos desse *continuum*.

O bilinguismo revela-se assim um verdadeiro trunfo. Para o surdo como para o ouvinte, esse trunfo radica na oportunidade que o bilinguismo confere a um e outro de poder transpor a sua comunidade gestual ou linguística e partir para outros contactos que acabarão por enriquecer os seus conhecimentos e fazê-los sair do mero monolingüismo.

Destacaria de novo que, independentemente das características específicas da primeira língua adquirida, o que, na minha opinião, se torna fundamental é **comunicar**. Gestualmente ou oralmente é indiferente. Já não é todavia indiferente que se veja instalada uma ausência de comunicação ou uma pseudocomunicação. Não é ainda aceitável que se rejeite qualquer tentativa de aprendizagem de uma língua complementar (gestual ou oral), impedindo que ganhe forma uma situação desejável de bilinguismo.

## O CALE E A CRIANÇA SURDA

O CALE (= *Contrôle des Aptitudes à la Lecture et à l'Écriture*) da autoria de Giro-lami-Boulinier (1982) integra um conjunto de provas que nos permitem verificar se uma criança em idade pré-escolar está pronta ou não para iniciar a escrita e a leitura.

O interesse da aplicação do CALE a crianças portuguesas levou-me a fazer diligências no sentido de obter autorização para o traduzir e o adaptar ao português.

---

<sup>24</sup> Ver nota 21.

Atendendo ao facto de o CALE compreender algumas tarefas que podem também servir para saber se a criança surda está ou não apta a aprender a ler e a escrever, sugiro que, após a sua adaptação ao português, ele possa ser igualmente aplicado a crianças surdas.

As provas do CALE que podem ser aplicadas aos surdos compreendem os seguintes aspectos (Girolami-Boulinier & Lévy 1983: 318-325):

- Percepção-retenção-reprodução de movimentos amplos e de movimentos finos;
- Percepção-retenção-reprodução de memória de 10 sequências de 3 formas orientadas de modos diversos;
- Estudo de durações, de intensidades e de timbres;
- Estudo de alturas;
- Estudo de ritmos;
- Reconto de uma história em 3 episódios.

Subjacente aos aspectos apontados, abstraído do que possam exigir do ponto de vista sensorial e cognitivo, encontra-se a quantidade 3. Com efeito, de acordo com Girolami-Boulinier (1982: 2), a percepção e a apreensão da quantidade 3 “paraissent nécessaires dans toute approche du langage écrit” e, por isso, o educador tem de estar sensibilizado para esta particularidade<sup>25</sup>.

Para resumir o interesse inerente ao CALE, sirvo-me das palavras sempre a propósito de A. Girolami-Boulinier, “Le CALE permet ainsi, avec une grande simplicité et efficacité, de mesurer les aptitudes des enfants des classes enfantines, des grandes sections de maternelle et des cours préparatoires vis-à-vis de l’apprentissage de la lecture et de l’écriture et il donne en même temps aux maîtres les moyens de pallier les déficiences constatées” (Girolami-Boulinier 1982: 3).

No caso da aplicação do CALE às crianças surdas, com base nos resultados obtidos, Andrée Girolami-Boulinier e Jacqueline Lévy referem: “Ces résultats inciteraient à penser que les orthophonistes ont une tâche importante à

---

<sup>25</sup> Na contracapa de *Les premiers pas scolaires. Acquisitions indispensables pour prévenir l'échec scolaire*, Issy-les-Moulineaux, EAP, 1988, Girolami-Boulinier (1988) resume assim esta sua obra: «Cet ouvrage rassemble les conditions nécessaires pour réussir l'apprentissage de la lecture, de l'écriture et du calcul. – **Percevoir, retenir et émettre** exact et dans l'ordre un minimum de trois signes, sons, syllabes ou mots, – **reconnaître** ou **construire** une phrase à 3 éléments (sujet, verbe, complément), – **reconnaître** l'existence d'un maintenant/avant/après dans les actes simples de la vie courante, tel est le programme indispensable pour prévenir l'échec au cours préparatoire et permettre l'installation d'une vie scolaire et sociale équilibrée et heureuse.»

accomplir afin d'obtenir chez les petits qui leur sont confiés la rétention d'un ensemble de signes visuels:

- il convient évidemment de partir des possibilités individuelles et donc des réalisations positives de chacun;
- il convient ensuite d'avoir présent à l'esprit le fait que la rétention d'une séquence de 3 signes est infiniment souhaitable pour la lecture, et ceci d'autant plus que l'aide auditive n'interviendra pas" (Girolami-Boulinier & Lévy 1983: 319).

É interessante que o CALE permita adaptar a sua aplicação às crianças surdas fazendo intervir para o efeito a percepção visual ou táctil. A possibilidade de adaptar à percepção visual e táctil parte do CALE faz dele um instrumento importante para os que trabalham com a deficiência auditiva no sentido de obterem a informação necessária junto dessa população em termos de aptidão para aprender a ler e a escrever.

## NOTAS FINAIS

O texto que me proponho agora concluir resume um trajecto curto e sem grandes inflexões – mas com algumas paragens para reflexão<sup>26</sup> – do qual posso salientar em particular, por um lado, dois nomes que evocam em mim vivências distintas, enriquecedoras e especiais: Scott Liddell e Andrée Girolami-Boulinier, e, por outro lado, o livro *Seeing Voices* de Oliver Sacks, um autor que todos deviam conhecer.

As várias etapas percorridas pretenderam:

- mostrar a importância de existir nas várias áreas do conhecimento um léxico rigoroso ou, pelo menos, a importância de se ser crítico em relação a determinados lexemas e de se saber com exactidão o que se entende por um dado termo quando uma língua não opera distinções de conteúdo contempladas numa outra língua;
- mostrar a distinção entre língua e linguagem;

---

<sup>26</sup> Este texto não pretende ser mais do que um conjunto de reflexões e de preocupações sobre o tema em foco. Naturalmente que, para obter mais pormenores sobre a língua gestual portuguesa, deve o leitor consultar a obra já mencionada de Amaral *et al.* (1994) e o *Gestuírio da língua gestual portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., 1995.

- mostrar que a primeira língua dos ouvintes ou dos surdos deve ir ao encontro das suas particularidades sensoriais;
- mostrar que comunicar deve ser no ser humano a primeira preocupação, independentemente da língua que lhe seja própria;
- mostrar que o bilinguismo, mesmo aquele que corresponde ao domínio da língua gestual e de uma língua falada, é uma realidade cada vez menos refutável nos nossos dias;
- mostrar que a criança surda também pode ser avaliada em termos de aptidão para a leitura e para a escrita através do *CALE*;
- mostrar a oportunidade, na população surda, dos estudos psicolinguísticos neurolinguísticos e neuropsicológicos, bem como da aplicação das novas técnicas neuroimagiológicas para aceder à visualização da actividade do cérebro *in vivo*, à semelhança do que já se pratica na população ouvinte no que respeita à resolução de certas situações.

Porque se me afigura imprescindível associar o ser humano à comunicação e porque abordei uma problemática relacionada com o surdo e a sua linguagem, termino retomando o título deste texto: *No princípio era a comunicação*.

Por outras palavras, não elegi a passagem bíblica *No princípio era o Verbo*, que em meu entender mereceria uma leitura menos apressada do que aquela que normalmente nos é oferecida quando estão em discussão a linguagem e a ontogénese (ou a filogénese), nem me fiquei por *No princípio era a acção*, que se pode extrair, por exemplo, da teoria sobre o desenvolvimento intelectual segundo Piaget (Ginsburg & Opper 1979: 41). Optei assim por também contemplar aqueles para quem comunicar passa prioritariamente por um sistema visuogestual, colocando lado a lado, em termos de comunicação, o *gesto* e a *palavra*. Acrescentaria ainda que *gesto*, no sentido de “sign”, e *palavra falada* podem coexistir no mesmo sujeito. O espaço para os dois não estará por certo à espera de ser preenchido por aqueles que já se aperceberam que vivemos num mundo em que *rede* é palavra-chave e no qual deixam de fazer sentido, no tocante a contactos, as distâncias e as diferenças linguísticas.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, M. A.; Coutinho, A.; Martins, M. R. D. 1994. *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Lisboa: Caminho.

- De Saussure, F. 1975. *Cours de linguistique générale*. Publié par Charles Bally et Albert Sechehaye, avec la collaboration de Albert Riedlinger. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot.
- Ginsburg, H.; Oppen, S. 1979. *Piaget's theory of intellectual development*. 2nd ed. Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall.
- Girolami-Boulinier, A. 1982. *Contrôle des aptitudes à la lecture et à l'écriture*. CALE. Nouvelle édition. Issy-les-Moulineaux: EAP. Tradução portuguesa de M. G. Castro Pinto & J. Veloso: *Controle das aptidões para a leitura e a Escrita*. Porto: FLUP, 2006.
- Girolami-Boulinier, A. 1988. *Les premiers pas scolaires. Acquisitions indispensables pour prévenir l'échec scolaire*. Issy-les-Moulineaux: EAP.
- Girolami-Boulinier, A.; Lévy, J. 1983. Approche de la lecture et lecture chez les enfants déficients auditifs (Epreuves du CALE et test de lecture silencieuse). *Rééducation Orthophonique*. **21(132)**: 318-325.
- Grosjean, F. 1992. Another view of bilingualism. In: R. J. Harris (Ed.). *Cognitive processing in bilinguals*. North-Holland: Elsevier, 51-62.
- Harris, R. J.; McGhee Nelson, E. M. 1992. Bilingualism: Not the exception any more. In: R. J. Harris (Ed.). *Cognitive processing in bilinguals*. North-Holland: Elsevier, 3-14.
- Hjelmlev, L. 1971. *Essais linguistiques*. Paris: Minuit.
- Liddell, S. K. 1984. Think and believe: sequentiality in american sign language. *Language*. **60(2)**: 372-399.
- Liddell, S. K.; Johnson, R. E. 1986. American sign language compound formation processes, lexicalization, and phonological remnants. *Natural Language and Linguistic Theory*. **4**: 445-513.
- Liddell, S. K.; Johnson, R. E. 1989. American sign language: The phonological basis. *Sign Language Studies*. **64**: 197-277.
- Neville, H. J. 1988. *Cerebral organization for spatial attention*. In: J. Stiles-Davis; M. Kritchvsky; U. Bellugi (Eds.). *Spatial cognition: Brain bases and development*. Hillsdale NJ/Hove/London: Lawrence Erlbaum, 327-441. Referido por Sacks, 1991.
- Neville, H. J. 1989. *Neurobiology of cognitive and language processing: Effects of early experience*. In: K. Gibson; A. C. Petersen (Eds.). *Brain maturation and behavioral development*. Hawthorn NY: Aldine Gruyter Press, 355-380. Referido por Sacks, 1991.
- Neville, H. J.; Bellugi, U. 1978. *Patterns of cerebral specialization in congenitally deaf adults: A preliminary report*. In: P. Siple (Ed.). *Understanding language through sign language research*. New York: Academic Press, 230-257. Referido por Sacks, 1991.
- Peng, F. C. C. 1985. What is neurolinguistics?. *Journal of Neurolinguistics*. **1(1)**: 7-30.
- Piaget, J.; Inhelder, B. 1966. *La psychologie de l'enfant*. Paris: PUF (coll. « Que sais-je? », n° 369).
- Sacks, O. 1991. *Seeing voices*. London: Picador.
- Scliar-Cabral, L. 1991. *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo SP: Ática.
- Stokoe, W. C. 1960. *Sign language structure: An outline of the visual communication system of the American deaf*. Studies in linguistics, Occasional papers, 8. Buffalo NY: University of Buffalo. Referido por Liddell (1984).
- Stokoe, W. C. 1979. *Syntactic dimensionality: Language in four dimensions*. Presented at the New York Academy of Sciences, Nov. 1979.